

A/C do Senhor Secretário de Administração e/ ou Diretor de TI da **Secretaria de Saúde da Cidade do Recife**,

A legislação brasileira positiva mecanismos de defesa da propriedade intelectual. Neste contexto, solicitamos **informações acerca dos softwares utilizados no parque de informática da Secretaria de Saúde do Recife. Assim, recomendamos que seja feito um levantamento nas máquinas com o intuito de verificar a utilização das licenças na versão “full” de titularidade da associada AUTODESK.**

Ainda, cabe mencionar que temos conhecimento de que diversos usuários, sejam pessoas físicas ou jurídicas, públicas ou privadas, não dão a devida importância para a gestão do parque de softwares (não mantém um inventário listando os hardwares e softwares que possuem) e, costumeiramente, acabam por utilizar softwares adquiridos regularmente de forma diversa a estabelecida pelo contrato de licenciamento, acarretando desta forma, violações da legislação.

Diante do exposto, ressalta-se que em face do direito fundamental de acesso à informação, garantido a todos os cidadãos pela Constituição Federal, conforme o artigo 5º, inciso XXXIII, bem como nos termos do princípio constitucional de publicidade, aplicada no âmbito da Administração Pública, é dever da administração pública gerir a documentação governamental e providenciar a respectiva consulta quando solicitado.

O referido dever de transparência atualmente é regulamentado pela Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011 ("Lei de Acesso à Informação").

Assim, no caso em tela, temos interesse **em receber informações acerca dos softwares de titularidade da Autodesk, utilizados no parque de informática da Secretaria de Saúde da Cidade do Recife**, visto que a informação não é classificada como sigilosa conforme a Seção II da Lei 12.527/2011, com a finalidade de auxiliá-los a evitar qualquer possível violação das leis de propriedade intelectual, bem como, no cumprimento da lei de acesso à informação.

Neste ponto, ressalta-se que o art. 11, § 1º da Lei 12.527/11 estabelece que não sendo possível a **resposta imediata**, o prazo de fornecimento das informações é de **20 (vinte) dias**.

Insta destacar que não estamos fazendo qualquer tipo de denúncia ou acusação à **Secretaria de Saúde da Cidade do Recife**. Nesse momento, nosso intuito é apenas auxiliá-los a evitar qualquer possível violação das leis de direito autoral vigentes no nosso país.

Também, cumpre esclarecer que a presente requisição está diretamente relacionada ao regime de proteção à propriedade intelectual dos programas de computador, conferido pela legislação que dispõe sobre o direito autoral (Lei nº 9.610/98), observando o disposto na lei do software (Lei nº 9.609/98), que assegura integral proteção aos titulares do direito autoral sobre programas de computador de origem estrangeira ou nacional.

Estamos à disposição para quaisquer informações que se façam necessárias, bem como, para auxiliá-los nesse procedimento, de forma a garantir a transparência prescrita pela Constituição Federal e pela Lei de Acesso à Informações e evitar quaisquer possíveis violação das leis brasileiras de propriedade intelectual.

Diante o exposto, aguardamos um retorno até o próximo dia **03/08/2017**, para que haja tempo hábil de tratar internamente o assunto e finalizar a verificação **nas máquinas da prefeitura** de forma que possamos resolver essa questão.

Dúvidas, gentileza estabelecer contato no nº **(21) 2122-0800 / 2122-0810**.

Atenciosamente,